



Crise do coronavírus

A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS E A URGENTE NECESSIDADE DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS

O ano de 2020 já entrou para a história como um momento de grave crise mundial, com impactos sem precedentes na economia e na sociedade. A origem da crise atual não está no colapso das bolsas de valores ou em guerras, nem no aumento do preço do petróleo ou das dívidas dos países subdesenvolvidos. Um vírus que se espalha rapidamente pelo mundo desde ao menos, o mês de janeiro, é o detonador de um tempo incerto e já alterou a rotina de bilhões de pessoas em todos os continentes do planeta. A evolução rápida da pandemia da Covid-19 tem exigido atitudes drásticas para a redução do contágio, visando promover o necessário isolamento social, o que implica a diminuição ou paralisação da produção de diversos ramos industriais e do comércio e atinge duramente a atividade econômica em escala global.

A situação criada pela pandemia desnuda as agudas desigualdades sociais e econômicas existentes entre os países e no interior de cada país. Embora seu avanço afete - direta ou indiretamente - toda a humanidade, evidencia-se que as condições de vida das pessoas as expõem em maior ou menor intensidade ao contágio e têm influência decisiva sobre suas chances de sobrevivência. Além disso, o colapso dos sistemas nacionais de saúde diante da enorme demanda por atendimento mostram os efeitos maléficos de anos de privatizações, sucateamento e austeridade fiscal e revela a importância das políticas públicas de seguridade social, tão atacadas nos últimos 30 anos em todo o mundo.

No Brasil, os impactos da Covid-19 têm sido terríveis sobre uma economia que ainda não se recuperou do biênio recessivo de 2015/16, seguido por três anos de baixo crescimento, e que carrega a herança histórica de alta informalidade do trabalho; desigualdade de renda; dependência dos fluxos de capitais estrangeiros e de tecnologia internacional; e condições precárias de vida para a maioria da população.

A economia brasileira, em 2019, registrou crescimento de apenas 1,1% do PIB, resultado ainda inferior ao verificado em 2018. O investimento público e privado, evidenciado na Formação Bruta de Capital Fixo, embora tenha crescido 2,2% em 2019, encolheu 3,3% no último trimestre daquele ano, mostrando falta de fôlego e confirmando as perspectivas pessimistas em relação à possibilidade de retomada mais vigorosa da economia brasileira. A produção industrial cresceu 0,5% em 2019, e apenas 0,2% no último trimestre do ano, muito longe de um melhor desempenho do que o alcançado no período pré-recessão - tanto no uso da capacidade instalada como no volume de estoques.

Com o novo cenário de pandemia, as projeções de várias instituições financeiras e do próprio governo apontam para um resultado negativo, ou próximo de zero, do PIB em 2020. Essas previsões, entretanto, ainda podem ser consideradas “otimistas”, dada a incerteza sobre a intensidade e a duração dos efeitos do coronavírus na economia brasileira. Mais grave, ainda, é a inépcia do governo federal em coordenar qualquer estratégia de mitigação dos efeitos da doença sobre as condições de vida da população – da descoordenação em relação às estratégias de contenção do contágio à incapacidade dos gestores da economia de efetivar políticas de transferência de renda e manutenção da vida na escala em que a situação requer.

No mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua identificou 12,6 milhões de desocupados em 2019, número aproximadamente 85% maior que o observado em 2014, quando eram 6,8 milhões de pessoas sem trabalho. A informalidade¹ atingiu 41% da população ocupada, o que equivale a mais de 38 milhões de pessoas. Além disso, identificaram-se cerca de 7 milhões de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e 4,8 milhões de desalentados. Ressalve-se que a intensificação da situação de precariedade captada pela pesquisa decorre das medidas implantadas pelas reformas trabalhistas nos três últimos anos.

É nesse ambiente de anemia econômica e mercado de trabalho ainda mais precarizado que se sobrepõem as demandas urgentes para o enfrentamento da pandemia.

Como já analisado pelo DIEESE², as providências tomadas pelo governo federal são tímidas diante de tamanho desafio. Primeiramente, o governo tem apenas remanejado recursos do orçamento da União e antecipado o pagamento de despesas, sem utilizar “dinheiro novo” no combate à crise. Ademais, há uma completa inversão de prioridades, com a manutenção do “teto dos gastos” – criado pela Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, em um contexto que já é considerado, em outros países do mundo, de aplicação de “economia de guerra”, com demanda por aumento de gastos fiscais.

Na encruzilhada histórica em que está o país, a possibilidade de mudar o rumo da economia é uma oportunidade única. Para além de ações emergenciais, como a instituição de renda mínima às pessoas, defesa do emprego³ e dos direitos sociais, além de inúmeras outras sugeridas pelas Centrais Sindicais brasileiras⁴, o momento é oportuno também para que a sociedade encare os problemas estruturais do Brasil e reflita sobre as necessárias ações de longo prazo capazes, enfim, de superar o subdesenvolvimento.

Frente à redução da atividade econômica internacional e, por consequência, dos fluxos de bens, serviços e capital, a ampliação do papel do mercado interno se faz não apenas desejável, mas necessária neste momento. Contudo, o governo federal caminha na contramão, ao estimular o aprofundamento da precariedade nas relações de trabalho e permanecer somente no campo das intenções para a adoção de um programa mais amplo de disponibilização de recursos às populações socialmente vulneráveis. Os riscos que a pandemia impõe à economia dependente do Brasil são graves. Entre eles, destacam-se a pressão inflacionária que pode ser gerada pela acentuada desvalorização cambial do real, mesmo em contexto de recessão; a intensa saída de capitais, que já vem ocorrendo desde o ano passado; e os impactos nos preços e na demanda das commodities (soja, minério de ferro), principais produtos que compõem a pauta exportadora do país. Diante da ausência de investimentos privados - muito pouco prováveis nesse cenário de incertezas e pessimismo - e da possível queda da renda derivada do trabalho, só investimentos públicos maciços e instrumentos de preservação de renda poderão evitar uma brutal recessão.

¹ Soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar

² Ver Nota Técnica 223 em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/NOTATEC223APacoteCoronaVirus.pdf>

³ No Reino Unido, o governo se dispôs a pagar até 80% dos salários dos trabalhadores que não forem demitidos pelas empresas: <https://www.theguardian.com/uk-news/2020/mar/20/government-pay-wages-jobs-coronavirus-rishi-sunak>

⁴ Ver “Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras” em: <https://www.dieese.org.br/documentossindicais/2020/NOTACENTRAISCoronaVirus.pdf>

Quanto ao atendimento à saúde, é evidente a necessidade da expansão da rede pública frente às dificuldades causadas pela pandemia, considerando-se, sobretudo, as distinções e distorções entre a saúde pública e a saúde privada. A Espanha⁵ tornou-se importante referência ao disponibilizar o sistema privado aos interesses públicos, viabilizando melhor coordenação dos esforços para tratamento aos doentes.

Para o Brasil, abre-se a oportunidade de estímulo e desenvolvimento da indústria nacional de farmoquímicos, medicamentos e de equipamentos de saúde, inclusive tendo em perspectiva a redução da oferta desses produtos no mercado internacional⁶. Vale destacar que a produção industrial do ramo de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, em 2019, foi cerca de 15% inferior à de 2012, segundo dados de produção física da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE. Investimentos nesse setor reduzem a dependência externa e possibilitam, inclusive, exportar produtos a outros países. Para isso, é preciso ampliação do investimento em ciência e tecnologia.

Também se coloca a possibilidade e a necessidade de investimento na expansão de equipamentos públicos de atendimento às populações mais vulneráveis, como a população de rua, principalmente nos grandes centros urbanos.

Do ponto de vista ambiental, investimentos na produção de energias renováveis e menos poluidoras contribuem para amenizar as mudanças climáticas, assim como investimentos na expansão de ciclovias - como está ocorrendo na cidade de Bogotá⁷, na Colômbia - e em saneamento básico para melhorar as condições de vida da população urbana.

Em suma, este momento de crise aguda, além dos inevitáveis sofrimentos a que submete a nação, propicia a oportunidade de mudar o padrão de desenvolvimento brasileiro, através de investimentos públicos que melhoram as condições de vida da população e criem “empuxo” em diversos segmentos da cadeia produtiva.

Manter a trajetória recente de política econômica e de desmonte do Estado terá como consequência uma recuperação difícil e lenta da economia brasileira, perpetuando a estrutura de desigualdades e estendendo a situação de pobreza a uma parcela cada vez maior da sociedade, além de aumentar a dependência e a vulnerabilidade econômica e financeira do país no contexto internacional.

Para onde vai a economia brasileira?

Diante da incerteza que a pandemia do coronavírus provoca no mundo e no Brasil, é fundamental que se tente mensurar suas possíveis consequências sobre a economia e o mercado de trabalho. O exercício de projetar a intensidade da provável recessão brasileira é uma forma de indicar a necessidade e intensidade das medidas contracíclicas que deverão ser adotadas.

Certamente essa projeção deverá ser revista e atualizada permanentemente, uma vez que a dinâmica dos acontecimentos e seus efeitos mudam diariamente.

⁵ <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/presidencia/PAGINAS/2020/150320-ministrosdelegados.aspx>

⁶ Segundo noticiado pela Agência Brasil, a Índia impôs restrições a exportações de medicamentos. Veja em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/novo-coronavirus-india-limita-exportacao-de-medicamentos>

⁷ <https://ciclocosmo.blogfolha.uol.com.br/2020/03/20/bogota-amplia-ciclovias-contr-a-pandemia-mexico-estuda-fazer-o-mesmo/>

Nas projeções do DIEESE, esboçam-se três cenários: um pessimista, um intermediário e um otimista. Os pressupostos desses cenários são os impactos da paralisação decorrente da crise e o tempo estimado para a recuperação da economia, não considerando, portanto, o reflexo de medidas que possam ser tomadas para o enfrentamento da recessão.

TABELA 1 - Estimativas de variação do PIB e aumento do contingente de desocupados(as) no Brasil em 2020 com o impacto da pandemia do coronavírus

	PIB (%)	Aumento no número de desocupados (milhões)
Cenário pessimista	- 8,5	4,4
Cenário intermediário	-4,4	2,3
Cenário otimista	-2,1	1,1

Fonte: estimativas DIEESE

No pior cenário haverá queda de 8,5% do PIB, com aumento do volume de desocupados em 4,4 milhões, o que elevaria o total, no Brasil, para cerca de 17 milhões de trabalhadores desocupados ao final de 2020. O cenário intermediário, por sua vez, aponta a possibilidade de queda do PIB de 4,4% e um aumento de 2,3 milhões no estoque de desocupados. Já o cenário otimista indica queda do PIB de 2,1%, com aumento de 1,1 milhão no número de desocupados.

Ressalve-se que o número de desocupados é volátil, uma vez que um trabalhador pode sair da condição de ocupado, ingressar na desocupação rapidamente e, posteriormente, transformar-se em subocupado, muitas vezes em trabalho informal. Porém, não há dúvida de que o impacto no mercado de trabalho em qualquer dos cenários aqui desenhados – mesmo no mais otimista - será dramático, com repercussões sociais imprevisíveis.

Assim, é da maior importância que acordos políticos sejam costurados e resultem na aplicação de medidas de urgência. Não é possível enfrentar uma crise dessa gravidade em meio à anomia e à desconexão causada pelo presidente da república com governadores, prefeitos, Poder Judiciário e Congresso Nacional.

Para finalizar, conforme pontuado anteriormente, a crise pandêmica e social que se atravessa é de tal magnitude e intensidade que abre a possibilidade histórica de que sejam combatidos os efeitos seculares e perversos do subdesenvolvimento e da dependência.



Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe Responsável

César Andaku

José Álvaro Cardoso

Leandro Horie

Thomaz Ferreira Jensen

Patrícia Lino Costa (revisão técnica)